

# LIMA BARRETO E A “RECONSTRUÇÃO” DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO ROMANCE VIDA E MORTE DE M. J. GONZAGA DE SÁ

*Carlos Alberto Machado Noronha\**  
*Rinaldo Cesar Nascimento Leite\*\**

**Resumo:** A partir da obra literária de Lima Barreto, especialmente o romance *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*, é apresentada uma percepção diferente do espaço urbano do Rio de Janeiro, então capital da República brasileira, no contexto das intervenções urbanas. Enquanto a modernização da cidade privilegiava a reforma do centro, Lima Barreto recorria à escrita para criticar esse processo, utilizando a estratégia de apresentar as zonas e fronteiras da cidade ignoradas pelos reformadores. Comprometido com princípio da literatura militante, Lima Barreto fez da sua escrita um espaço de oposição aos ideais modernizadores característicos do início do século XX, assimilados inclusive por outros escritores da época.

**Palavras-chave:** Lima Barreto; literatura; Rio de Janeiro; modernização.

**Abstract:** From the literary work of Lima Barreto, especially the novel *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sa*, is given a different perception of urban space in Rio de Janeiro, then capital of the Brazilian Republic, in the context of urban interventions. While the modernization of the city favored the reform of the center, Lima Barreto resorted to writing to criticize this process, using the strategy of presenting the city's boundaries and areas ignored by the reformers. Committed to the principle of militant literature, Lima Barreto was opposition to the modernizing ideals characteristic of the early twentieth century, including assimilated by other writers of the time.

**Keywords:** Lima Barreto; literatura; Rio de Janeiro; modernization.

---

\* Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

\*\* Doutor em História (PUC-SP); Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UEFS.

Esse texto tem a pretensão de analisar a forma como o literato Lima Barreto buscou, durante o processo de modernização do Rio de Janeiro no início do século XX, traçar uma estratégia narrativa de combate contra o que ele considerava a descaracterização de sua cidade – descaracterização que teria resultado das reformas urbanas iniciadas nas gestões federal e municipal de Rodrigues Alves (1902-1906) e Pereira Passos (1902-1906), respectivamente, e endossada pela escrita de outros escritores da época, como, por exemplo, Olavo Bilac (1865-1918) e Afrânio Peixoto (1876-1947).

Ao percebemos a literatura como uma fonte que propicia ao historiador apreender uma série de visões críticas e representações da vida social, levando-o a se aproximar do passado pelas sensibilidades particularmente desenvolvidas por aqueles que viveram os fatos, escolhemos para esse trabalho, dentre os numerosos escritos barretianos referentes à modernização do Rio de Janeiro, o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, lançado em 1919.

Essa escolha se deve a dois motivos. O primeiro diz respeito ao momento em que Lima Barreto iniciou a escrita da obra. Como indica o próprio autor, em suas anotações pessoais, o texto já havia sido “quase todo escrito” no decorrer de 1907 (BARRETO, 1961<sup>a</sup>, p. 125). Ou seja, a elaboração desse romance acompanhou os principais momentos da reforma urbana iniciada anos antes. Isso fica mais claro ao percorremos suas páginas, nas quais os principais personagens realizam um verdadeiro passeio pela cidade carioca em transformação, revelando, desta forma, a perspectiva de Barreto acerca da modernização. E daí, justamente, decorre o nosso segundo motivo para a escolha dessa obra: a própria crítica barretiana ao processo de intervenções urbanas na capital federal.

A fim de que nosso objetivo fique mais compreensível e possamos explorar melhor o romance selecionado, começaremos com uma breve descrição da trajetória do escritor, relacionando-a, em seguida, com o contexto de modernização no qual se encontrava a cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, passaremos a versar sobre o modo como a imprensa e alguns escritores representavam a modernização do Rio de Janeiro, propiciando, assim, indícios para a análise do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

### **Lima Barreto e sua escrita: uma breve trajetória**

Afonso Henriques de Lima Barreto, nascido em 1881 e falecido em 1922, viveu por toda a vida na cidade do Rio de Janeiro, produzindo sua obra entre os anos de 1902 e 1922. Mulato, de origem pobre, conseguiu concluir seus primeiros estudos com certa desenvoltura, apesar das dificuldades materiais que enfrentava. No nível superior, deparou-se com problemas relacionados às condições de sobrevi-

vência de sua família e outros decorrentes de suas relações pessoais na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

O seu pai adoece em 1902 e acaba sendo aposentado, tornando-se Lima o chefe da família. Já na Politécnica sofria com o preconceito de seus colegas e as sucessivas reprovações na disciplina de Cálculo. Diante disso, não concluiu o curso de Engenharia que chegara a iniciar. Profissionalmente, teve que trabalhar como amanuense na Secretaria de Guerra, a fim de garantir o seu sustento e de sua família. Contudo, isso não o impediu de se dedicar também a sua grande paixão: a literatura (BARBOSA, 1975, p. 117-120).

A sua trajetória na atividade literária, marcada por discriminações e dificuldades financeiras, foi traçada a partir da leitura de autores internacionalmente reconhecidos, como Honoré de Balzac e Fiódor Dostoiévski, e dos contatos com outros intelectuais brasileiros, através dos quais estabeleceu relações de amizade e pode colaborar na publicação de periódicos. Além disso, apresentava uma sensível e indignada observação do cotidiano a sua volta (BARRETO, 1961a: 33-38). Isso o levou a desenvolver uma escrita diferenciada, como veremos mais adiante, em comparação aos demais literatos de sua época, a qual se revelava extremamente preocupada com as transformações processadas na cidade do Rio de Janeiro.

Em conferência proferida em Rio Preto, Estado de São Paulo, em 1921, publicada, originalmente, no mesmo ano, na Revista *Sousa Cruz*, no Rio de Janeiro, Lima expõe claramente sua perspectiva utilitarista de Literatura. Ancorado em autores como Hippolyte Taine, Leon Tolstoi, Ferdinand Brunetière, Fiódor Dostoiévski, afirma:

[...] a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim. [...]

Atualmente, [...] não devemos deixar de pregar, seja como for, o ideal de fraternidade, e de justiça entre os homens e um sincero entendimento entre eles.

E o destino da Literatura é tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina (BARRETO, 1961b, p. 67-68).

Essa concepção de literatura se contrapunha à predominante naquele momento, que estava preocupada com questões gramaticais e estilísticas (BROCA, 2005, p.47-53). Além disso, exigia do escritor visão crítica da realidade social, ou seja, uma produção literária militante.

Desse modo, Lima Barreto utilizou uma linguagem simples, despojada e com grande capacidade de síntese, o que revela sua apropriação do “fenômeno cultural que dividia com a ciência a hegemonia das convicções” no início do século XX: o jornalismo (SEVCENKO, 2003, p.198). Com base em tal linguagem, ele escreveu romances, contos e atuou na imprensa com artigos e crônicas, voltando-se para questões relacionadas ao uso do espaço urbano, à discriminação racial, à construção da identidade nacional e ao papel do literato na sociedade.

### **Lima Barreto e uma cidade em transformação**

Essas questões estavam, por sua vez, relacionadas ao projeto do regime republicano em transformar o Brasil num país moderno. As condições para que esse projeto fosse levado à frente se apresentaram logo após o saneamento das finanças do país ocorrido no governo de Campos Salles (1898-1902). O seu sucessor, Rodrigues Alves (1902-1906), pôde, então, promover as mudanças destacadas no seu Manifesto à Nação, divulgado em 15 de novembro de 1902 (BENCHIMOL, 2003, p. 233-286).

Nessa declaração, o saneamento da capital federal foi considerado a prioridade para a transformação do país numa promissora economia capitalista. Desse modo, a cidade do Rio de Janeiro passou por um intenso processo de modernização cujos principais melhoramentos foram as remodelações do seu porto e do seu centro, este a partir da construção da Avenida Central, que possibilitaria a transformação da cidade colonial numa metrópole parecida com Paris.

Pela ação do engenheiro Pereira Passos, designado por Rodrigues Alves para a prefeitura da capital, foram iniciadas várias obras: a destruição de casarões e outras edificações antigas do centro da cidade; a construção de grandes avenidas, do novo porto e de edifícios monumentais; o alargamento, o alinhamento e a pavimentação de ruas; e a expansão do serviço de bondes. Essas mudanças provocaram o deslocamento das camadas pobres e trabalhadoras para os subúrbios e encostas dos morros, e foram acompanhadas de medidas higienizadoras que proibiam a criação de animais bem como a circulação de vendedores ambulantes e mendigos no centro da cidade (PINHEIRO, 2002, p.163).

Diante disso, percebemos que essa modernização objetivava a destruição de vestígios do passado colonial da cidade, esconder seus sinais de pobreza, satisfazer os interesses financeiros de suas elites e construir uma imagem de nação moderna para o Brasil.

Como Lima Barreto via na literatura a função de reforçar a solidariedade entre os homens, explicando-lhes seus defeitos e zombando dos motivos fúteis que os se-

paravam, essa remodelação da cidade do Rio de Janeiro se apresentou como um terreno profícuo para o desenvolvimento dos objetivos de sua escrita. Isso se deveu ao fato de que ela promoveu uma maior segregação social, refletindo na organização do espaço urbano a ordem pretendida pelo regime republicano.

A partir das suas personagens e das opiniões que expressava em crônicas, artigos de jornais e anotações íntimas, Lima Barreto construiu imagens textuais que nos fazem percorrer esse Rio modernizado. A partir delas, teceu uma discussão sobre a constituição da tão proclamada chegada da civilização no Brasil, que foi defendida por boa parte dos literatos de sua época bem como pelas elites política e econômica do país.

O grande veículo que possibilitava o diálogo entre a produção fortemente contestadora de Lima Barreto e outros literatos era a imprensa escrita. Este tipo de mídia foi a responsável pela publicação de muitas obras literárias e meio de sobrevivência para diversos autores que lhe prestavam serviços com a produção de reportagens, críticas literárias, crônicas e contos. Além disso, nesse início de século XX, teve papel importante na divulgação de novos hábitos de consumo, novas práticas de diversão bem como órgão de apoio ou oposição política (MARTINS & LUCA, 2006, p. 43).

### **As representações da modernidade carioca**

Como o efeito da representação faz com que o elemento isolado – o detalhe – seja tomado como expressão do conjunto ou comparável a uma situação desejada (PESAVENTO, 2002, p.161), os escritores interessados em forjar uma imagem de cidade moderna e civilizada, durante e depois das reformas urbanas cariocas, deram um grande destaque a duas avenidas: a Central e a Beira-Mar.

Em relação à Avenida Central, o tom de otimismo predominava nas representações de sua inauguração, ocorrida em 15 de novembro de 1905. O jornal *A Tribuna* aponta a inauguração da “monumental Avenida” como algo que bem caracteriza o aniversário da República e “a aurora luminosa de um futuro grandioso”, lamentando apenas que o entusiasmo popular não pôde corresponder às expectativas devido a forte chuva que caiu no dia da inauguração (Disponível em: <<http://www.uol.com.br/rionosjornais>>. Acesso em: 08 ago. 2008).

Dessa notícia da *Tribuna*, podemos perceber a tentativa de alicerçar uma imagem de um futuro promissor a partir da associação do regime republicano com sua marca na cidade, simbolizada na inauguração da Avenida Central. Parecia que a modificação do espaço urbano por si só poderia promover a ascensão de todo o povo a um nível mais elevado de civilidade. Além disso, aquela associação

sugere que o período anterior à República representou um momento de atraso para o país.

Bilac (1865-1918), através de sua coluna na *Gazeta de Notícias*, concorda com a visão da *Tribuna* acerca da avenida, uma “aurora luminosa de um futuro grandioso”, afirmando que pensava “na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade” (BILAC, 1996, p. 265-266). Na mesma crônica, publicada quatro dias após a inauguração, Olavo Bilac, talvez querendo justificar a falta de entusiasmo que a *Tribuna* constatou na população durante a inauguração, explica que o motivo da falta de aclamações era o choque que aquele ambiente moderno provocara no povo (Idem, *Ibidem*: 264).

Parece que, tanto para a *Tribuna* quanto para Bilac, a falta de entusiasmo do povo na inauguração da Avenida Central deveria ser esclarecida de modo a não macular a ideia de unanimidade quanto à aceitação dos possíveis benefícios que a reforma da cidade traria à sua população e, numa perspectiva maior, para a imagem do país no exterior. Mas o que havia de tão especial nessa avenida ao ponto de assumir tal representação?

No dia de sua inauguração, a Avenida Central apresentava, em seus 33 m de largura e quase 2 km de comprimento, as seguintes características: pavimentação de asfalto; lâmpadas elétricas ao centro e lampiões a gás dos lados; calçadas concluídas; trinta edifícios acabados e oitenta e cinco em construção, cujas fachadas foram selecionadas num concurso no qual predominou o estilo eclético francês. A avenida comportava ainda, como em Paris, monumentos nas suas extremidades para obter boas perspectivas: uma estátua do Visconde de Mauá ao norte e um obelisco comemorativo da sua conclusão ao sul (PINHEIRO, 2002, p. 141).

Por esses dados, vemos que a intenção dos construtores da avenida era aproximar o quanto possível aquele trecho central do Rio de Janeiro da paisagem parisiense. Também observamos que, pela sua divisão, era um local, dentre outras funções, destinado ao passeio. Este, por sua vez, permitiria aos passantes uma internalização de modelos de arquitetura e distribuição espacial modernos, o que nos permite, em certo sentido, compreender a expectativa de Bilac com a futura “revolução moral e intelectual” da população que a reforma da cidade propiciaria.

Essa expectativa de Bilac pode ter sido potencializada quando, nos anos seguintes, instalaram-se edifícios monumentais, tais como: o Palácio Monroe (1906), sede do Senado Federal; a Escola Nacional de Belas Artes (1908), inspirada nas alas de Lefuel e Visconti do Louvre; o Teatro Municipal (1909), baseado na Ópera de Paris; e a Biblioteca Nacional (1910), na parte mais ao sul da avenida (PINHEIRO, 2002, p. 139).

Já a Avenida Beira-Mar, antes mesmo de sua inauguração em 1906, povoava a mente dos entusiastas da modernização da cidade. Em outubro de 1904, a revista *O Commentario* expressava uma preocupação com o traçado desta avenida, pois este deveria evitar passar por detrás do morro da Viúva, localizado entre a praia de Botafogo e do Flamengo, como indicava um projeto de 1894.

A Avenida à beira mar não se enfiava esgueirando-se por detrás do Morro da Viúva. Quem pudesse demover a actual Directoria de obras de tamanho erro! Não há crime que se compare de abandonar o costão do Morro da Viúva por um corte, um becco, do Flamengo á Praia de Botafogo, por detrás do morro. Não há economia que justifique esse acto de lesa bom gosto.

E’ preciso nunca ter subido ao morro da Viúva [...] para não estar enamorado d’aquelle sumptuoso panorama, quando indescrível, inteiramente estranho, que parece de outra natureza. A fortaleza de S. João avisa-se, toda a bahia do Rio de Janeiro offerece uma perspectiva só, Botafogo tem um golpe de vista novo, o espetáculo é dos mais empolgantes. Não há cidade que possa proporcioná-lo igual. Desprezar essa belleza por uma economia de alguns contos de réis é imperdoavel.

A Avenida á beira mar impõe-se. Se não desapareceram da Prefeitura os planos organizados pelo Dr. Vieira Souto, o nome deste Engenheiro está por justiça ligado a esse emprehendimento actual. E’ preciso, porém, que a administração actual, poderosa, honesta, cheia de brio não faça obra inferior á primitivamente projectada (Revista *O Commentario*. N. 06, 2ª série. Out. 1904, p.122-123. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil).

A preocupação da revista é, portanto, com a estética da avenida que, se seguisse o projeto antigo, poderia proporcionar à cidade um melhoramento que superaria em beleza o das outras cidades. Contudo, esse pedido de mudança do traçado da avenida, implicitamente, envolvia outros interesses. Além de proporcionar o diferencial do Brasil dentro do mundo civilizado, a possível passagem da Avenida Beira-Mar pelo costão do morro da Viúva conotaria uma imagem de país nos trilhos do progresso que contrariava o imaginário forjado em séculos anteriores pelos estrangeiros, pelo qual o país era apresentado como um paraíso terrestre, sendo a natureza dominante.

A possível passagem da avenida pelo costão do morro da Viúva passaria não uma idéia do homem se rendendo aos obstáculos da natureza, mas sim disciplinando-a pela sua “mão engenhosa, higiênica e estetizante” (BORGES, 2007: 94-95). Apesar do apelo da revista *O Commentario*, o governo municipal optou pela economia e a avenida passou mesmo por detrás do morro.

Mas os autores também elaboram proposta com o intuito de “reformular” os hábitos da população. Afrânio Peixoto (1876-1947), em seu romance *A esfinge* (1910), é didático em relação ao modo de se apresentar nos ambientes requintados da sociedade carioca, levando seu livro a obter um sucesso incomum. Essa obra, escrita

às pressas em decorrência da eleição de Peixoto para a Academia Brasileira de Letras,<sup>1</sup> remonta o ambiente sofisticado frequentado pelas altas camadas cariocas, no qual se travava discussões sobre as relações amorosas, a política nacional, a imagem do país no exterior e até a última moda de Paris.

Dentre os encontros entre os membros da elite carioca representados no romance, podemos destacar o ocorrido num clube em pleno veraneio de Petrópolis. A princípio para a prática do tênis, o autor vai explicando ao leitor os reais objetivos da reunião no clube. Em meio aos comentários das pessoas sobre os sucessos “da pequena sociedade que se formava nos chás, nas visitas, [...] nas reuniões, em casa uns dos outros”, o autor insere o diálogo entre um velho aristocrático, O Dr. Lisboa, e o personagem principal, Paulo de Andrade, escultor formado na Grécia (PEIXOTO, 1978, p. 36-38).

Dr. Lisboa explica a Paulo que a prática do tênis era apenas “ vaidade de esnobismo”, pois, num ambiente em que circulavam inclusive diplomatas estrangeiros, ser visto se divertindo numa atividade considerada moderna e fina como o tênis era de bom tom. O velho ainda acrescenta que o tênis “é pretexto: o esporte predileto aqui é o flerte”, algo necessário para a iniciação dos moços que mais tarde iam se casar (PEIXOTO, 1978, p. 38-39). Justifica o Dr. Lisboa:

[...] Das condições econômicas mais difíceis e do absurdo natural do casamento indissolúvel resulta hoje a gente casa bem menos: sem o flerte, espécie de escorva ou provocação necessária, reduzir-se-ia, então, lamentavelmente [...]. Por isso, os bailes, as recepções, as missas, os esportes, os passeios, que permitem as ocasiões. [...] o flerte é o aperitivo do prazer alheio. Os namorados acendem o fogo, e os maridos é que se aquecem nele. Já não são necessários enganos, traições, violências; a fórmula arcaica vai continuando, remediada, graças a esse derivativo, invenção antiga a que os ingleses puseram novo nome, depois de uma compostura civilizada [...] (Idem, *Ibidem*: 39).

Vê-se, nesse trecho, que o autor representa a apropriação de um hábito dito civilizado por determinados membros da sociedade carioca com o intuito de justificar a vida cada vez mais aristocratizada que levavam – “por isso os bailes, as recepções...” – e dar um tom de moralidade aos atos desses sujeitos – “não são necessários enganos, traições...” –, representantes do projeto civilizador republicano. Afrânio Peixoto não parece estar preocupado com uma possível exclusão social que esses hábitos poderiam promover, mas sim com a sua rápida assimilação pelas elites a fim de dar uma feição civilizada à cidade.

<sup>1</sup> Essa eleição foi realizada a revelia do autor que se achava, nesse momento, no Egito. Como a eleição acadêmica impunha a escrita de uma obra literária e o autor, sendo médico, só havia publicado textos científicos, foi urgente que elaborasse o romance para ocupar a vaga de Euclides da Cunha. Ver SALES, Fernando. Afrânio Peixoto e seu primeiro romance (introdução). In: PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*. 12 ed. São Paulo: Clube do Livro, 1978, p. 9.

### Os caminhos traçados em *Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá*

Um caminho oposto ao de Afrânio seguiu Lima Barreto em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Nesse romance, o narrador e suposto biógrafo de Gonzaga de Sá é o personagem Augusto Machado, que faz a seguinte confidência:

O que me maravilha em Gonzaga de Sá era o abuso que fazia da faculdade de locomoção. Encontrava-o em toda parte, e nas horas mais adiantadas. Uma vez, eu ia de trem, vi-o pelas tristes ruas que marginam o início da central; outra vez, era um domingo, encontrou-o na Praia das Flechas, em Niterói. Nas ruas da cidade, já não me causava surpresa vê-lo. Era em todas, pela manhã e pela tarde. [...] (BARRETO, 1961b, p. 63).

E é justamente a partir dessa relação entre personagem e espaço, segundo Lins, que podemos localizar em Lima Barreto o conflito tradicionalmente estabelecido entre os personagens. O espaço aí considerado é o social, ou seja, “os costumes e sua evolução, os valores em curso, a situação dos indivíduos e das classes, a atitude mental das coletividades [...]” (LINS, 1976, p. 122), que se manifestava, principalmente, em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, desde as considerações sobre a arquitetura dos subúrbios até na observação de determinados sujeitos que cruzavam as ruas.

Além dessa relação apontada por Lins, podemos analisar nas “caminhadas” de Lima Barreto a sua tentativa de apropriar-se do espaço percorrido. Ao nos reportarmos ao pensamento de Certeau acerca do ato de “caminhar” pela cidade, notamos que esse considera que,

[...] se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais [...]. Seleciona portanto [...].  
Cria assim algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da “língua” espacial, seja deslocando-os pelo uso que faz deles [...] (CERTEAU, 1998, p.178).

Contudo, para observarmos se isso acontece de fato na narrativa barretiana, vamos analisar alguns percursos dos personagens desse romance pela cidade do Rio de Janeiro do início do século XX. Essa “caminhada” tem início com o senhor Gonzaga de Sá convidando seu amigo Augusto Machado a ir ao subúrbio do Engenho da Penha. Ao desconhecimento de Augusto Machado dessa localidade, Gonzaga de Sá responde em tom de repreensão: “Vocês só conhecem a Tijuca e o Botafogo. O Rio tem mais coisas belas... É ali. E apontou para o lado dos Órgãos. [...]” (BARRETO, 1961b, p. 58).

Dessa forma, Gonzaga procura deslocar o olhar de seu amigo para outra área da cidade. Para que possamos compreender melhor a seleção espacial que Gonzaga de Sá procura realizar, vamos nos deter, inicialmente, em alguns aspectos daquela parte do Rio que esse personagem quer tirar do foco de seu amigo. A Tijuca, localizada na zona norte da cidade, ainda no século XIX, era uma área com muitas chácaras pertencentes a membros da aristocracia imperial e visitada por muitos estrangeiros, principalmente por suas partes altas, que serviam como mirantes para apreciação de algumas belezas naturais da cidade (GERSON, 2000, p. 348-349).

Essas visitas na Tijuca receberam, no início do século XX, o incentivo do prefeito Pereira Passos, que reconstruiu a velha estrada que dava acesso ao mirante do Alto da Boa Vista (embora de saibro) e providenciou um quiosque de estilo chinês para o mirante da Vista Chinesa.<sup>2</sup> A localidade da Tijuca, nesse início de século XX, também manteve seu quê de aristocrático, possuindo um importante clube recreativo e esportivo: o Tijuca Law-Tennis Club, fundado em 1915.

Botafogo, por sua vez, na zona sul do Rio, foi uma das áreas de especulação imobiliária, e espaço atrativo para as altas camadas da sociedade carioca, que se beneficiou de linhas de bonde e da construção da Avenida Beira-Mar, com seus belos jardins, praças e palacetes modernos nos quais se davam bailes elegantes.

Gonzaga, então, leva seu amigo para uma das áreas menos assistidas pelo poder público e com grande contingente de trabalhadores e pobres. Para chegar ao destino sugerido – eles já se encontravam numa antiga porta da cidade, nas proximidades do que tinha sido a Fazenda Real de Santa Cruz, o Pedregulho (BARRETO, 1994, p.17) –, pegam um trem de Petrópolis, através das janelas do qual Augusto Machado olhava a paisagem suburbana, atribuindo-lhe uma característica desoladora. Ao saltar, vão a um botequim tomar cerveja e Gonzaga o intima: “– Tens que andar um pouco a pé...” (BARRETO, 1961b, p. 59). Augusto concorda e iniciam a marcha pelo subúrbio.

Esse percurso realizado pelos personagens barretianos apresenta alguns sinais da proposta desse autor ao caminhar pela cidade. Primeiramente, é emblemática a escolha de Gonzaga de Sá em dirigir-se a um botequim logo ao chegarem ao subúrbio. Segundo Chalhoub, o botequim era como um centro aglutinador e difusor de informações entre os populares (CHALHOUB, 2001, p. 213) e é justamente nesse local que Gonzaga fornece uma “dica” preciosa para Augusto: “Tens que andar...”. Metaforicamente, a “tática” que Gonzaga utiliza para apreender a cidade.

---

<sup>2</sup> A Vista Chinesa tinha essa denominação pela presença de chineses trazidos para o Brasil no Segundo Reinado que aí acamparam (segunda leva da década de 1850). GERSON, Brasil. História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 349-355.

Nessa caminhada pelo subúrbio, Gonzaga revela a sua visão da cidade do Rio de Janeiro e seu sentimento de pertencimento a ela: “Eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus ‘galegos’ também” (BARRETO, 1961b, p. 59). Gonzaga de Sá vê, então, a capital federal como uma cidade multifacetada e esse primeiro percurso realizado pelos personagens sinaliza, indiretamente, o subúrbio como o local que concentra a alma desta cidade.

Além disso, se voltarmos para o início da caminhada, quando Gonzaga repreende Augusto Machado, notaremos que aquele personagem se dirige ao outro por “vocês”. Se associarmos isso com o nome Augusto Machado, poderemos perceber que talvez Lima estivesse propondo um redirecionamento do olhar dos escritores da Academia Brasileira de Letras em relação à cidade do Rio de Janeiro.

Vejamos: Augusto é sinônimo de venerando, elevado, grandioso e Machado pode ser uma alusão a Machado de Assis, que era o escritor mais reconhecido do país, membro-fundador da ABL, e com uma escrita que apresentava certos traços discutíveis por Lima Barreto. Em contraposição, Lima cria um personagem responsável por aquele redirecionamento, descendente dos primeiros governantes da cidade – “eu sou Sá, nobre, fidalgo, escudeiro, etc., pois descendo de Salvador de Sá, etc.” (BARRETO, 1961b, p. 57-58) – e identificado com os diversos grupos étnicos que a formaram.

Um outro aspecto que pode ser observado nesse início de caminhada é a própria indicação de Gonzaga da necessidade de caminhar, pois, andando a pé e rejeitando os veículos modernos, poderia se ter uma outra percepção da cidade. Sua apreensão não seria distanciada, pelo contrário, procuraria situar o caminhante no mesmo plano daquilo que vê, sem hierarquias. Ou seja, uma alternativa de locomoção na modernizada cidade do Rio de Janeiro, com sua segregação espacial, que permitia uma apreensão de outros aspectos do espaço urbano desprestigiados pelas elites. Mas, continuemos a caminhada, chegando ao Engenho da Penha, que fica na margem de um canal que separa a Ilha do Governador da terra firme:

Por esse tempo desembocávamos diante do mar [...].  
Parecia mesmo um rio. Na frente, margem esquerda, o manicômio com suas vertustas mangueiras joaninas e seu campo liso e arenoso. Um ilhote que ficava no meio do canal tinha ainda em pé as paredes de um sobrado. Perguntei o que era aquilo a Gonzaga (Idem, *Ibidem*. P. 66).

Nesse momento, podemos considerar que se inicia um passeio que tem a função de conhecimento, ou melhor, de ensinamento, pois não há imposição de uma direção, sendo o objetivo de Lima Barreto dar a conhecer a seu público a história da cidade.

Nesse sentido, Gonzaga responde:

- É o Cambenbe. Aquelas paredes foram de um sobrado em cujo andar térreo havia uma venda.
- Ali? Para que?
- Antes das estradas de ferro, as comunicações com o interior se faziam pelo fundo da baía, por Inhomirim, porto da Estrela, hoje tapera; e daí até ao cais dos Mineiros, em faluas que passam por aqui. Os tripulantes destas é que sustentavam a venda que existiu há cinqüenta anos naquele ilhéu sem uma árvore (BARRETO, 1961b, p. 61).

Esse passeio segue nas páginas seguintes, quando Augusto critica aspectos da cidade do Rio de Janeiro relativos à sua distribuição espacial, considerando-a um empecilho para sua transformação numa “grande capital, movimentada densamente” (Idem, *Ibidem*: 64). Diante dessa afirmação, Gonzaga explica:

- Pense que toda a cidade deve ter sua fisionomia própria. Isso de todos se parecerem é gosto dos Estados Unidos; e Deus me livre que tal peste venha a pegar-nos. O Rio, meu caro Machado, é lógico com ele mesmo, como a sua baía o é com ela mesma; e o Rio o é também porque está de acordo com o local em que se assentou. [...] (Idem, *Ibidem*, p. 65).

A partir disso, Gonzaga continua sua exposição sobre a formação da cidade do Rio de Janeiro, na qual nos detemos em dois pontos que sintetizam, de certa forma, a complexidade da paisagem urbana e a maneira como devemos orientar nosso olhar para compreendê-la. Vamos ao primeiro:

Vamos às casas e aos bairros. Um observador perspicaz não precisa ler, ao alto, entre os ornatos de estoque, para saber quando uma delas foi edificada. Esse casarão que contemplamos a custo na Rua da Alfândega ou General Câmara, é dos primeiros anos da nossa vida independente (Idem, *Ibidem*, p. 67).

O segundo aspecto se encontra sintetizado no enxerto seguinte:

O tráfico de escravos imprimiu ao Valongo e aos morros da Saúde alguma coisa de aringa africana; e a melancolia dos cais dos Mineiros é saudade das ricas faluas, jejas de mercadorias, que não lhe chegam mais de Inhomirim e da Estrela (BARRETO, 1961b, p. 67).

A partir desses trechos, percebemos que a proposta de Lima Barreto é “educar” os leitores para a observação das várias cidades existentes na cidade do Rio de Janeiro, contrapondo-se ao imaginário dominante que buscava definir a sua identidade, naquele momento, a partir da modernização do centro, o que, por sua vez, escancarava o objetivo das elites em minimizar a participação de outros segmentos da cidade na sua constituição.

Daí o destaque que Lima deu ao Valongo e à Saúde, com sua população composta, em grande parte, de negros. O primeiro local chegou a ser, no período colonial e parte do imperial, o mercado de compra e venda de escravos trazidos pelos navios negreiros. O segundo espaço se constituiu num “reduto da capoeiragem” na cidade do Rio (GERSON, 2000, p. 145-150).

As observações realizadas por Gonzaga de Sá também sugerem um modo diferente de caminhar. Com a velocidade de veículos como o automóvel e o bonde, os pedestres tinham que ter precaução, enquanto, por outro lado, aquela velocidade acabava por se incorporar ao seu subconsciente. “Como toda manifestação de adesão aos condicionamentos modernos virava um sinal de distinção daqueles que mais ostensivamente os exibiam”, o caminhar apressado, chamado na época “passo inglês” ou “andar à americana”, passou a ser considerado um hábito inovador e elegante ao se transitar sozinho pelas ruas (SEVCENKO, 1998, p. 550-551).

Desse modo, tal forma de caminhar se caracterizava por uma “atitude de total despreendimento por tudo e por todos que estão ao seu redor”. Isso implicava numa possibilidade de concentração em assuntos particulares, “ganhando tempo pessoal, que é portanto entendido como mais importante que a realidade adjacente imediata [...]” (Id., Ibid., p. 551).

Como pudemos observar, o passeio dos personagens Gonzaga de Sá e Augusto Machado vai na contramão desse modo “moderno” de caminhar, pois a sugestão de Lima é, justamente, observar com acuidade a realidade circundante – no caso, a cidade do Rio de Janeiro –, extraindo dela os aspectos sinalizadores de suas diferenças temporais e culturais. Nesse sentido, Lima, ao percorrer as ruas com a curiosidade escrutinadora de um *flâneur*, apresenta uma alternativa à padronização cultural almejada pelos executores e defensores do processo de modernização da cidade.

### **Considerações finais:**

Maria Cristina Machado afirma que Lima Barreto, comparando-o às abordagens de autores como Marx, Baudelaire, Benjamim, Rosseau, Nietzsche sobre a modernidade, tem uma perspectiva antipastoral, pela qual a modernidade como tragédia “assume dimensões mais contundentes”, não permitindo sonhos ou utopias, apontando que a dependência do Brasil no mundo capitalista “produziu uma variante inacabada e frustrante da modernidade européia” (MACHADO, 2002, p.208).

Contudo, isso não impediu Lima Barreto de “ensaaiar” táticas que vislumbrassem possibilidades de burlar as estratégias que ordenavam e fracionavam o espaço urbano carioca, trazendo à tona uma cidade multifacetada, com espaços, ainda

que restritos e muitas vezes ameaçados, de construção de uma outra sociabilidade, pautada em valores comungados pela maioria da população. Talvez a recomendação que Ítalo Calvino indica no final de sua obra *Cidades Invisíveis* seja convergente com a proposta de Lima Barreto, quando este sugere a necessidade de caminhar pela cidade:

O inferno dos vivos não é algo que será, se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e fazer parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 2006, p.150).

Pelo que pudemos observar, Lima escolheu a segunda alternativa, procurando preservar certos espaços do Rio de Janeiro e demonstrando possíveis táticas para abrir espaço naquela fragmentação que a cidade sofria. Desse modo, a cidade do Rio de Janeiro, para o autor, deveria apresentar sua diversidade cultural como bandeira a ser defendida e permitir um contato maior entre seus habitantes a fim de promover a compreensão e solidariedade entre eles. Ao que parece, esse foi o principal argumento apresentado por Lima Barreto na disputa pela constituição da imagem de país moderno para o Brasil nos princípios do século XX, a servir de reflexão para os dias atuais, em que nossas cidades estão se transformando em verdadeiros barris de pólvora, prontos para explodir a qualquer momento.

### Periódicos Consultados

Disponível em: <<http://www.uol.com.br/rionosjornais>>. Acesso em: 08 ago. 2008:  
Jornal A Tribuna (16/11/1905)  
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil:  
Revista O Commentario (N. 06 2ª série. Out. 1904)

### Referências

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1975. (Coleção Documentos Brasileiros).

BARRETO, Lima. **Diário Íntimo: memórias**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

\_\_\_\_\_. **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

\_\_\_\_\_. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Scipione, 1994. (Col. Clássicos da Scipione)

BENCHIMOL, Jaime. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucílio. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 233–286.

BILAC, Olavo. **Vossa insolência.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Representações do Brasil Moderno para ler, ver ouvir no circuito dos Museus Comerciais Europeus, 1906 a 1908.** *Revista História* (online), São Paulo, V. 26, N. 2, 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/his](http://www.scielo.br/pdf/his) Acesso em: 13 dez. 2008.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** 2 ed. Companhia das Letras, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e de sua liderança na história política do Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco.** São Paulo: Cultrix, 1976.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto: um pensador social na Primeira República.** Goiânia: Ed. Da UFG; São Paulo: Edusp, 2002.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade.** São Paulo: UNESP, 2006.

PEIXOTO, Afrânio. **A Esfinge.** 12 ed. São Paulo: Clube do Livro, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano.** 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).** Salvador: EDUFBA, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_ (org.) **História da vida privada no Brasil.** Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

